Nº 198 JUL/2019

MORO

A ilusão é branca. A esperança, vermelha

No dia 25 de junho, milhões de pessoas acompanharam à distância o julgamento, pelo STF, de dois habeas corpus impetrados pela defesa de Lula

Nas redes sociais, muitas lideranças experientes manifestaram, de público e privadamente, grandes expectativas em uma vitória. Gilmar Mendes, anteontem tratado como canalha, chegou a ser citado como um grande aliado. E muita gente boa se surpreendeu com o voto contrário de Celso de Melo.

O que dizer desse comportamento, senão reconhecer que existe, na esquerda brasileira, uma corrente que simplesmente não consegue se libertar das ilusões?

Não se trata de uma pessoa, nem de um partido específico: é toda uma corrente ideológica, que aderiu ao "pensamento positivo", segundo o qual gentileza gera gentileza, moderação gera moderação; conciliação gera conciliação.

São os que achavam que se a esquerda desistisse da revolução e da "ditadura do proletariado", a direita desistiria dos golpes e das ditaduras militares.

Se a esquerda parasse de defender a expropriação dos capitalistas, estes aceitariam a distribuição de renda e poder.

Se a esquerda deixasse de lado o anti-imperialismo, os EUA e seus amigos europeus aceitariam a integração regional e respeitariam a soberania nacional.

Se a esquerda acreditasse no "estado de direito", o outro lado abriria mão do "estado da direita".

O que aconteceu, todos sabemos: o golpe de 2016, Lula preso, um cavernícola na presidência, o Brasil e a América Latina regredindo.

Apesar disso, a turma do pensamento positivo não desiste!!!

Nem pensar em autocrítica das ilusões!!!

Passaram a dizer que o golpe foi causado porque Dilma não soube "dialogar"; que as forças armadas apoiaram o golpe porque foram "provocadas" por certas atitudes inadequadas da esquerda; que a condenação e prisão de Lula foram obra de Moro e Dallagnol, não do partido do judiciário.

Que Lula "com certeza seria candidato"; que Haddad seria eleito se atraísse o centro; que Bolsonaro é fruto de um acidente imprevisto, não de um movimento organizado; que o governo é frágil e a liberdade de Lula está por um triz.

Que as revelações do Intercept vão virar o mundo de ponta-cabeça, que com certeza venceremos as eleições de 2022 e — crème de la crème — que o grande empresariado já se deu conta de que era feliz e não sabia.

Os "positivistas", quando questionados, lembram com ares inteligentes, típicos de quem leu sem entender, daquela famosa boutade do Barão de Itararé: "tudo pode acontecer, inclusive nada".

Os "positivistas" reclamam que não podemos ser cegos às contradições existentes no "campo adversário". E, por fim, atacam o "negativismo" dos que supostamente acham que tudo sempre vai dar errado.

Onde estará a verdade?

Na prática.

E "a prática", no caso, significa a luta de classes. E na luta de classes vale a máxima: se vis pacem para bellum. Se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos voltar a governar o país.

Mas para isso, só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões, não conseguem lutar adequadamente.

Não compreendem, por exemplo, que para derrotar o inimigo, é preciso conhecê-lo. Não subestimar sua força, não minimizar suas más intenções, não desconsiderar sua vontade de vencer.

Os que criticam as ilusões dos "positivistas" não são "negativistas". São realistas. Não confundem seu desejo com os fatos. Guardam a vontade para organizar a luta. Luta que será mais ou menos longa, a depender do que ocorra no mundo, a depender das divisões na coalizão golpista e, principalmente, a depender de nossa capacidade de conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora.

O sétimo congresso do PT será palco de muitas batalhas: da democracia contra a fraude; dos que desejam debate, contra os que querem uma mera votação; dos que defendem um partido de luta, contra os que defendem uma legenda eleitoral; dos que defendem um partido antissistêmico, contra os defensores de uma politicagem tradicional e fisiológica; dos que defendem uma oposição radical, contra os que defendem uma oposição frouxa; dos que defendem as reformas estruturais e o socialismo, contra os que defendem a social-democracia e o social-liberalismo.

Mas, além disso tudo, o congresso do PT será uma batalha entre "positivismo" e marxismo. Entre os cultivadores de ilusões e os semeadores de esperança.

Este é o fio condutor desta edição de Página 13: textos sobre a Espanha e El Salvador, sobre o Morogate e a contrarreforma da previdência, sobre os congressos da UNE, da CUT e do PT.

Nem Bolsonaro, nem Mourão, nem Centrão: a saída democrática e popular exige Lula Livre e novas eleições.

Os editores

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-186

Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhaēs/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente.

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Eleições na Espanha: os desafios da esquerda

Vitor Schincariol

A Espanha passou por três eleições recentemente: (1) eleições para representantes das comunidades autônomas (estados espanhóis) e em nível nacional (deputados e senadores); (2) eleições municipais; (3) eleições para o parlamento europeu.

Em todas estas, contrariando as tendências no resto da Europa, obteve a vitória o Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), de tendência social-democrata moderada. A coalizão 'Unidas Podemos' (UP), que uniu o Podemos de Pablo Iglesias -supostamente mais à esquerda do PSOE- a outras agremiações menores da esquerda, viu uma queda com relação ao seu desempenho nas últimas eleições em 2016, as quais liderou então com 33% dos votos para deputados. Desta vez o Podemos e sua coalizão somaram apenas 16% em 2019, caindo da primeira para a quarta força entre os deputados e praticamente desaparecendo no senado.

O bom desempenho do PSOE permitiu que teoricamente este possa formar governo e reempossar Pedro Sánchez sem o Podemos (com o PSOE governando junto, por exemplo, ao conservador mas aparentemente mais maleável Ciudadanos [Cs]).

Na Espanha, rege o parlamentarismo monárquico e o primeiro-ministro é eleito indiretamente, podendo cair também com um voto de 'não-confiança' e moção de censura dos deputados -como de fato ocorreu em 2018 com Mariano Rajoy, do conservador Partido Popular (PP) o que levou à posse de Pedro Sánchez, do próprio PSOE, como primeiro-ministro.

Para a queda do Podemos, contribuíram três principais fatores: (1) a estabilização da economia espanhola nos últimos anos, que sobrou de bandeja para Pedro Sánchez, primeiro-ministro há apenas alguns meses (o Podemos nascera no bojo da crise econômica que atingiu a Espanha depois de 2009, como expressão de seus descontentes, e parecia nutrir daí sua força principal); (2) a perda progressiva do fator "novidade" enquanto pretenso partido de uma "nova política" (o rótulo é usado à esquerda no caso do Podemos); (3) o racha interno entre seus dois principais dirigentes, com Íñigo Errejón unindo-se de última hora à agremiação municipal "Mas Madrid", da atual prefeita Manuela Carmena.

Esta agremiação local –como é comum neste verdadeiro mosaico político que é a Espanha-, de tendência mais ou menos progressista, obteve a vitoria para os "consejales" (vereadores) na capital do país, com 30% dos votos, seguida pelos conservadores Partido Popular e Ciudadanos, com 15 e 11 consejales eleitos respectivamente. Porém, como a soma dos consejales conservadores na "alcadia" (câmara municipal) superou em um voto a maioria necessária para eleger o "alcade" (prefeito), Carmena não poderá mais governar. Haverá então um provavel novo prefeito do PP, que fica com a capital como consolação a uma derrota em nível nacional.

Na Espanha, o parlamentarismo monárquico rege inclusive as administrações municipais e o alcade também não é eleito diretamente. Sem maioria entre os consejales, o alcade não é empossado nem governa.

Pedro Sanchez do PSOE, o partido vencedor das três eleições de 2019

Note-se também que o recentemente criado Vox (2013), o partido mais virulento entre a direita, teve a eleição de quatro representantes em Madrid e 24 "escaños" (vagas para deputado) em nível nacional, capturando parte dos votos do PP e mostrando que certas tendências proto-fascistas existem na sociedade.

De fato, o PSOE venceu as três eleições de 2019 –inclusive as relativas ao parlamento europeu-, mas a direita espanhola como um todo obteve aproximadamente 42% dos votos no congresso, tornando a formação de uma maioria algo bastante complicado para o PSOE.

A possibilidade distante, mas teoricamente possível, de que o PSOE possa pactuar com uma parte da direita (Ciudadanos) irrita os dirigentes do Podemos, porque lhes diminui o protagonismo nas negociações, apesar de reforçar suas criticas à debilidade ideológica e programática do PSOE (confirmada, por exemplo, quando Sánchez reconheceu Guaidó como "presidente" venezuelano; ordens de Washington, convicção pessoal ou ambos?).

Outra possibilidade, politicamente a mais provável, seria a de uma maioria entre PSOE, Unidos Podemos e partidos menores favoráveis à independência da Catalunha –como o ERC-Soberanistes, partido provincial da Catalunha que conseguiu eleger 15 deputados nacionais.

Mas esta maioria no Congresso também apresenta dificuldades, pois potencializaria um dos principais problemas políticos da Espanha atualmente: as demandas republicanas e separatistas na Catalunha, e em menor medida no País Basco e em outras regiões.

Trazer os soberanistas para a coalizão governante reforçaria o republicanismo e o separatismo no seio do governo espanhol, algo que talvez nem o Podemos queira de fato, devido ao seu potencial negativo em termos eleitorais, "calcanhar de Aquiles" do Podemos.

Um dos maiores flancos de Pedro Sánchez ao longo dos de-

Bandeira republicana em comício de Podemos

bates para as eleições deste ano foi sua anterior aparente permissividade quanto à independência catalã, à qual se opuseram veementemente o PP, o Ciudadanos e o Vox. Com o tema do separatismo, o maior liberalismo do PSOE quanto às autonomias locais pareceu encontrar um limite em função de seu papel como partido nacional. De fato, o PSOE foi um dos fiadores do chamado "pacto" da Moncloa, que moldou politicamente a Espanha de hoje (o pacto assegurou o fim da ditadura de Franco e a abertura política em 1976-1977, mas ao mesmo tempo garantiu a continuidade da monarquia sob a figura de Juan Carlos, "autorizado" por Franco a governar depois de sua morte).

Assim, a formação de uma maioria entre PSOE, Podemos e autonomistas apresenta também seus problemas, particularmente depois que Sánchez garantiu publicamente seu compromisso com uma Espanha unificada e que mesmo Iglesias não elenque o tema do separatismo como uma prioridade, apesar de seu próprio republicanismo.

Apesar de ser uma monarquia, a Espanha é um país politicamente rico e muito mais democrático que o Brasil. Poder-se-ia afirmar que o ambiente liberal que predomina ali –tolerância ao dissenso e autonomias regionais, amplas liberdades civis (matrimônio homossexual e direito ao aborto legalizados), eficiente sistema público de saúde e educação- resultaram de uma consolidada vitória sobre a ditadura de Franco (1939-1976), expressando até hoje certa hegemonia cultural que, independentemente das conjunturas políticas, os setores progressistas parecem ainda dominar. Por razões que talvez estejam ligadas às dimensões das perdas da guerra civil (1936-1939), aliadas ao ressurgimento de uma monarquia que não deixa de ser um anacronismo histórico, uma tradição de lutas econsciência política ainda é mantida. As memórias da guerra civil foram passadas para as gerações futuras, gerando uma reaçãoproporcional no nível político e cultural em torno de um certo consenso democrático (liberal).

Assim, nas eleições da Espanha em 2019 -contrariando as tendências inclusive de vizinhos com um passado similar, como Itália-, vejo que houve uma reação ao crescimento da direita em nível global, com um governo nacional que, apesar dos problemas e contradições, provavelmente será controlado pelo PSOE. As taxas de abstenção apresentaram queda, com uma parte do eleitorado conscientemente indo às urnas, numa vitória da política. O PSOE –este antigo partido fundado em 1879, que apresentou diversas mutações programáticas e ideológicas ao longo de sua história- tem diante de si não só a difícil tarefa de formar um novo governo na parlamentarista (e monarquista) Espanha, mas sim a de manter a recuperação da economia vista desde 2012. O desemprego espanhol caiu mas ainda assim é alto (13%, segundo as estatísticas oficiais), mesmo diante de uma população que está diminuindo em termos absolutos (o que dá a dimensão da crise latente do capital em gerar trabalho mesmo no centro do sistema). A recuperação dos indicadores macroeconômicos depois da crise de 2008-2009 (conta corrente do balanço de pagamentos, situação fiscal, queda do endividamento externo) veio parcialmente na forma de uma reforma trabalhista no governo de Mariano Rajoy (PP) em 2012. Esta reforma foi feita sob pressão subjacente da Alemanha, que vinha reduzindo custos salariais a altas taxas desde 2004 e exigia da Espanha e outras nações uma resposta ao nível europeu, no sentido de unificar os custos da força de trabalho. Tal reformapode ter garantido certa recuperação da economia ao nível das taxas de retorno corporativas e competitividade externa, mas representou perdas de direitos e poder aquisitivo para ostrabalhadores. Uma reversão desta perda de direitos faria parte, teoricamente, da agenda do PSOE e do Podemos, mas é de difícil aplicação, seja por pressão da Alemanha, seja porque o PSOE não é um partido socialista de fato, assumindo muitos compromissos e uma administração 'moderada'. De fato, as contas públicas espanholas vinham sendo tuteladas de forma indireta por Bruxelas, sendo apenas recentemente 'aprovadas' em sua totalidade, e tal tutela representa também uma perda parcial da soberania do país, em função dos das regras para adoção damoeda única –elemento este que o PSOE também não questionará, claramente. Uma nova crise recolocaria o problema do desemprego e potencializaria as demandas da Catalunha pelo separatismo -que, diga-se de passagem, foram contidas com ajuda de uma resoluta posição da União Europeia por uma Espanha unificada.

De qualquer forma, à luz da correlação global de forças, a vitória de Sánchez -que apoiou a campanha por Lula Livre- parece representar certo ganho líquido, mas sua administração terá limites claros diante dos compromissos consolidados com a União Europeia, com a OTAN e mesmo com o sistema monárquico, que o PSOE assume como dados. ★

Vitor E. Schincariol é Professor de Economia e Relações Internacionais da UFABC e Professor Visitante (Pos-doutorado) na School of Oriental and African Studies (SOAS – Universidade de Londres) em 2019

"Revolucion o muerte venceremos"

Jorge Baptista

O verso do hino da FMLN, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, revela o forte espírito militante que conduz o movimento desde seu início e emociona a todos que têm a oportunidade de presenciar sua execução na abertura de qualquer evento do partido em El Salvador.

Com a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec, em janeiro de 1992, pôs-se fim a um conflito armado que durava vinte anos naquele pequeno país da América Central – o pulgarcito de América –, permitindo à FMLN, a antiga guerrilha, após décadas de luta, conquistar o direito de participar da política partidária de El Salvador.

Sem abrir mão de sua estrutura de quadros, tornou-se um partido nacional que agregou os mais variados setores sociais, ampliando sua abrangência mas sem nunca perder de vista a necessidade de ser um partido centralizado, disciplinado e com políticas muito bem definidas e executadas. Já na primeira experiência eleitoral, apenas 2 anos depois da assinatura do Acordo, chegou ao segundo turno para Presidência da República e elegeu vários deputados para a Assembleia Nacional.

Em 2009, a FMLN chegou à presidência da República com Maurício Funes, influente jornalista recém-filiado ao partido, tendo como vice Salvador Sanches Cerén, antigo comandante guerrilheiro. Apesar de Funes desfiliar-se logo após a posse, o partido participou ativamente da gestão, ajudando na realização de um governo voltado ao combate à pobreza e a desigualdade,

Comício de encerramento da campanha presidencial das candidaturas da FMLN

com a introdução de programas sociais de grande alcance para os mais vulneráveis e que trouxeram mais dignidade à população. Os logros desse governo contribuíram de maneira decisiva para que o Comandante Leonel - nome de guerra de Sanches Cerén - fosse eleito Presidente da República na eleição subsequente, para o período de 2014 a 2019, tendo agora como vice Oscar Ortiz, também oriundo da guerrilha e exitoso prefeito de Santa Tecla, uma importante cidade na região metropolitana de San Salvador.

Agora, presidente e vice eram importantes quadros partidários, originários da guerrilha, vencendo uma eleição difícil, polarizada com a ARENA, o partido oficial da direita, e derrotando também uma nova força à direita que surgia naquele momento, de nome GANA.

Era a hora de fazer o que tinha que ser feito: dar seguimento ao bom governo de Maurício Funes e ampliar as políticas históricas da frente. Só que não foi bem assim.

Os graves problemas do país, dentre eles a violência e as "pandillas" ou "maras" que são gangues de rua originadas na Califórnia e no México e fortemente implantadas como milícias em El Salvador; a crise econômica que gerava um forte desemprego e falta de perspectivas à população, trouxe um cenário difícil ao novo governo, que, a bem da verdade, não foi capaz de apresentar respostas, burocratizou-se e fez cair os seus índices de aprovação.

Na eleição seguinte, em 2015, para a Assembleia e Prefeituras, a FMLN teve um resultado eleitoral positivo e retomou o governo da capital San Salvador, com Nayb Bukele, jovem político de grande popularidade, que já havia sido prefeito de uma pequena cidade e pertencia aos quadros do partido. Suas ideias, seu estilo, e principalmente sua ambição pessoal de chegar à Presidência da República rapidamente o puseram em conflito com a direção partidária, culminando em sua expulsão às vésperas da eleição municipal de 2018. Esse panorama levou a Frente a uma significativa derrota eleitoral, com a qual viu diminuir seu número de deputados e perdeu várias e importantes prefeituras, inclusive a da capital.

As críticas à direção partidária aumentaram pela ineficiente resposta política à conjuntura, e amplificou-se a insatisfação que já era percebida no conjunto do partido. Dizia-se que a FMLN havia deixado de ser uma má-

quina política para tornar-se uma empresa política, cuja direção era incapaz de fazer frente ao desafio de aglutinar a militância e retomar a confiança da população, além de orientar as ações de governo para retomar o programa vitorioso nas eleições presidenciais.

Mas nada é tão ruim que não possa piorar.

As eleições presidenciais deste ano impuseram a maior derrota eleitoral da história da FMLN. Acostumada a disputar com a Arena, desta vez o adversário foi Nayb Bukele, o ex-prefeito expulso do partido. O resultado foi um desastre completo, político, organizacional e eleitoral. A frente foi rebaixada à terceira força no país, com apenas 14% dos votos e assistiu seu ex-filiado, expulso meses antes, tornar-se Presidente da República, em primeiro turno com 53% dos votos. Estabeleceu-se o caos.

A bem da verdade, houve um descolamento da direção da FMLN de sua base militante e, especialmente, da população salvadorenha. Em 2015, ao ingressar no segundo mandato, o governo – composto por companheiros que já estavam na instituição havia muito tempo – não teve a sensibilidade de perceber que era imprescindível reformular políticas e agir para atender às demandas do povo, que reclamava por uma vida menos sofrida. Os antigos programas sociais foram esvaziados, e o país carecia de novos projetos que viabilizassem o desenvolvimento e a geração de empregos, além de especial atenção ao tema da segurança. Algumas marcas do mandato de Maurício Funes e da FMLN foram diminuídas, desfigurados e abandonados, e as promessas de campanha não saíram do papel. Como tática buscou-se atribuir a culpa desse estado de coisas à oposição, que cumpria o seu papel e criava obstáculos ao governo. Por mais que isso fosse verdade não era razoável terceirizar a culpa, pois cabe ao governo governar - assim pensa a maioria da população. É a regra do jogo.

A direção partidária rendeu-se a essa realidade, e não percebeu a necessidade de trabalhar para que o governo reencontrasse os caminhos que poderiam recuperar a boa avaliação da gestão dentro do programa político histórico (e vitorioso nas urnas) da FMLN. Tal quadro criou terreno fértil ao crescimento das alternativas populistas, recorrentes nos dias de hoje. No caso específico de El Salvador, elas eram representadas por um ex-filiado da FMLN, outrora prefeito de San Salvador e, de certa forma, um ícone partidário até meses atrás, antes de ser expulso pela direção por razões pouco contundentes. Não era uma tarefa fácil criticar o governo de um político reconhecidamente popular que, pouco antes, era elogiado e integrava as fileiras do partido.

A maior derrota eleitoral da Frente desde sua fundação tornou insustentável a permanência da direção partidária. Decidiu-se por adiantar as eleições internas, inicialmente previstas para 2020, fomentando um amplo processo a partir da base, ávida por corrigir os flagrantes erros e ganhar fôlego para os desafios conjunturais. fazendo um processo amplo, a partir da base partidária, que estava ávida por corrigir os flagrantes erros e retomar a trajetória da FMLN como um partido revolucionário, democrático e socialista. A base militante, que se manteve fiel ao correto centralismo praticado, exigia isso. Aprovou-se, inclusive, que os atuais dirigentes não participassem das novas direções.

Oscar Ortiz, o novo secretário geral da FMLN

O processo, tenso e intenso, ainda está em curso e irá renovar todos os níveis da estrutura partidária. A militância se mostrou disposta com vários quadros se apresentando como candidatos aos Conselhos Municiais e ao Conselho Nacional, órgão máximo composto por 36 membros.

Para a Secretaria Geral Nacional apresentaram-se 4 candidatos, sendo 2 deles extremamente relevantes: de um lado Aristides Valencia, apoiado pela maior parte da estrutura dirigente e que foi membro do último governo nacional; de outro lado Oscar Ortiz, ex comandante das FPL, ex prefeito e vice presidente da república, apoiado por um grupo importante de prefeitos e quadros intermediários. Oscar é uma referência no partido e no país, tendo já disputado e perdido o mesmo cargo em eleições anteriores.

Se inscreveram 3.000 candidatos e votaram cerca de 21.500 filiados, dos 55% aptos a votar. Com uma pequena diferença, 450 votos, o vencedor foi Oscar Ortiz. Ele assumirá a Secretaria Geral Nacional com imensos desafios: trazer de volta a confiança da brava militância da FMLN; recompor e unificar o corroído tecido partiário; elaborar políticas para o enfrentamento das diversas faces da direita no país para levar esse fundamental e vitorioso partido centro-americano, com sua valente história de luta e resistência, a reencontrar-se consigo mesmo e com a maioria do povo salvadorenho. ★

Jorge Baptista é advogado, consultor político e eleitoral. Participou das campanhas eleitorais de El Salvador em 2014 e 2015.

Intercept desmascara a suposta "imparcialidade" da Lava Jato

Bolsonaro e Grupo Globo tentam blindar seu cúmplice, o ex-juiz Sérgio Moro

Pedro Pomar

As poderosas revelações que o site jornalístico *The Intercept Brasil* vem fazendo desde o dia 9 de junho abalaram um dos principais "motores" do golpe desfechado em 2015 no Brasil: a Operação Lava Jato, cujo principal núcleo é a 13ª Vara Federal de Curitiba, comandada até 2018 pelo notório juiz Sérgio Moro. Foi pelo ralo a tese do suposto "republicanismo" da Operação Lava Jato, paradoxalmente defendida tanto por um setor moderado do próprio PT quanto por setores da extrema-esquerda que aplaudiram a criminalização e prisão do ex-presidente Lula.

Foto:Diego Padgurschi, da Folhapress

6 de dezembro de 2016, durante a premiação "Brasileiros do Ano", da revista "Istoé", em São Paulo.

A publicação de diálogos travados entre Moro e os procuradores Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) incumbida das investigações da Lava Jato, e Carlos Fernando dos Santos Lima, e entre Dallagnol e sua equipe, confirma de forma irrefutável todas as várias denúncias feitas contra o juiz da 13ª Vara Federal e apresentadas, sem êxito até agora, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os diálogos, realizados no aplicativo Telegram e repassados ao *The Intercept* por uma fonte cuja identidade foi preservada, revelam que Moro e Dallagnol agiam de modo coordenado, em detrimento da defesa dos réus — e particularmente da defesa de Lula. Mais ainda: Moro exercia liderança sobre os procuradores da força-tarefa, que acatavam suas orientações. Tudo isso fere abertamente as leis que regem a conduta dos magistrados.

O material publicado até este momento (que, segundo o próprio *The Intercept*, é uma pequena parte do total de documentos obtidos) deixa claro que a Operação Lava Jato era um setor do aparato judiciário e do MPF que agia sistematicamente à revelia da lei, numa espécie de "Santa Cruzada" inteiramente voltada à destruição de determinados réus. Em vez da lei, esses agentes públicos recorriam ao cálculo político para avaliar os próximos passos, medindo inclusive as reações do STF e da mídia.

Como sintetizou o *The Intercept*: "Sergio Moro e Deltan Dallagnol trocaram mensagens de texto que revelam que o então juiz federal foi muito além do papel que lhe cabia quando julgou casos da Lava Jato. Em diversas conversas privadas, até agora inéditas, Moro sugeriu ao procurador que trocasse a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações, deu conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público [Federal] e deu broncas em Dallagnol como se ele [Moro] fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal".

Merecem grande atenção os diálogos travados em 10/5/2017, nos quais Moro e o procurador Santos Lima trataram do primeiro depoimento feito por Lula na 13ª Vara Federal, naquele mesmo dia. Numa das mensagens, o então juiz não apenas extrapola totalmente suas atribuições ao pedir a Santos Lima que seja providenciada uma nota crítica da força-tarefa ao depoimento do ex-presidente, como ainda tripudia dos advogados de Lula.

"Talvez vocês devessem amanhã editar uma nota esclarecendo as contradições do depoimento com o resto das provas ou com o depoimento anterior dele. *Porque a Defesa já fez o showzinho dela*", diz Moro, no apli-

cativo Telegram, ao procurador do MPF (destaque nosso). Santos Lima responde: "Podemos fazer. Vou conversar com o pessoal". Em seguida regozija-se porque na audiência judicial foi possível, na sua opinião, "frustrar a ideia de que ele [Lula] conseguiria transformar tudo em uma perseguição sua".

Mais tarde, ao tratar, em conversa com Santos Lima, da nota proposta por Moro, Deltan diz: "Então temos que avaliar os seguintes pontos: 1) *trazer conforto para o juízo* [a 13ª Vara Federal de Curitiba] e assumir o protagonismo para deixá-lo mais protegido e tirar ele um pouco do foco; 2) contrabalancear o show da defesa". E na mensagem seguinte convalida a proposta de Moro de "apontar as contradições do depoimento". Ora, não é papel legal do MPF "trazer conforto" para juízes ou atender ao pedido de juízes.

Estes diálogos são de enorme gravidade, porque mostram conluio do juiz com uma das partes, no caso a acusação (os procuradores do MPF). Ao pedir a um membro da força-tarefa que prepare e publique uma nota à imprensa apontando supostas contradições no depoimento de Lula, Moro claramente trai um pressuposto essencial no trabalho de um magistrado: a imparcialidade e equidistância de ambas as partes (acusação e defesa).

Na mesma ocasião, o chefe da força-tarefa, Deltan, mostra como a associação com a mídia entra no cálculo das ações da Lava Jato: "E o formato, concordo, teria que ser uma nota, para proteger e diminuir riscos. O JN [*Jornal Nacional*, da Rede Globo] vai explorar isso amanhã ainda. Se for para fazer, teríamos que trabalhar intensamente nisso durante o dia para soltar até lá por 16 horas". A nota foi efetivamente elaborada e depois divulgada pelo menos na Globo News.

Sem melindrar FHC

Outro diálogo que revela a absoluta falta de isenção de Moro foi travado quase um mês antes, em 13/4/2017. O foco da conversa: uma suposta investigação de atos do ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso, citado por muitos delatores da Lava Jato, entre os quais Nestor Cerveró, segundo o qual FHC teria recebido R$ 100 milhões da construtora Odebrecht.

Poupando FHC, um "apoio importante"

Em troca de mensagens com Dallagnol, o então juiz indaga inicialmente: "Tem alguma coisa mesmo séria do FHC? O que vi na TV pareceu muito fraco. Caixa 2 de 96?". Após o procurador concordar, Moro pergunta: "Não estaria mais do que prescrito?", ao que Dallagnol explica: "Foi enviado para São Paulo sem se analisar prescrição. Suponho que de propósito. Talvez para passar recado de imparcialidade". Mesmo diante da evidência de que a investigação seria "para inglês ver" (ou "para passar recado de imparcialidade", nas palavras insuspeitas de Dallagnol), Moro insiste: "Ah, não sei. Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante".

As reportagens e apurações do *The Intercept* já publicadas mostraram também:

•Que o ministro do STF Luiz Fux ironizou seu colega Teori Zavascki ("perdeu a queda de braço com Moro") e atropelou a lei para apoiar a Lava Jato, sendo brindado com a seguinte frase de Dallagnol: "In Fux we trust".

•Que Moro criticou a procuradora Laura Tessler, da força-tarefa do MPF, considerada por ele ineficiente na arguição de Lula, e sugeriu sua substituição, o que Dallagnol aceitou.

•Que Dallagnol sabia da inconsistência das acusações feitas a Lula no caso do apartamento "triplex" do Guarujá e reconheceu que é "um caso construído com prova indireta e palavra de colaboradores". Ele chegou a escrever ao então juiz Moro, em setembro de 2016: "A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto."

•Que a força-tarefa da Lava Jato baseou-se em reportagem do jornal *O Globo* para atribuir a propriedade do triplex a Lula, no entanto indicou outro imóvel da Bancoop, que não o apontado por aquele jornal, como sendo dele: "Na denúncia feita pela Lava Jato [...] os procuradores afirmam que o triplex de Lula fica na torre A, que ainda não existia quando a reportagem foi publicada". O item 191 da denúncia assinada pelos 14 procuradores cita que a reportagem de *O Globo* "dava conta de que o então Presidente Lula e Marisa Letícia seriam contemplados com uma cobertura triplex, com vista para o mar". Porém, explica *The Intercept*, isso não é verdade: "A reportagem diz claramente que o casal Lula da Silva perderia a vista para o mar com a construção da torre A, que seria erguida à frente da torre B, portanto, em frente ao triplex que *O Globo* atribuiu a Lula".

Portanto, resume *The Intercept*: "A Lava Jato usou a reportagem como prova de que o apartamento era, sim, uma propriedade ou uma aspiração da família presidencial, mas indicou outro imóvel na denúncia. Uma evidência de que a investigação foi imprecisa num dos

#LULALIVRE #LULAINOCENTE

FORA MORO

PT

pontos mais cruciais da acusação: na definição do imóvel que materializaria a propina que Lula teria recebido da empreiteira".

•Que em setembro de 2018 os procuradores da Lava Jato tentaram impedir entrevista de Lula à *Folha de S. Paulo*, com receio de que sua repercussão viesse a eleger o candidato do PT, Fernando Haddad.

•Que a Lava Jato "articulou apoio a Moro em momento crítico", segundo manchete da *Folha de S. Paulo* (23/6) a propósito de episódio de 2016, quando ocorria um conflito entre a 13ª Vara Federal de Curitiba e o ministro Teori, do STF. Esta reportagem da *Folha de S. Paulo* é fruto de cooperação com o *The Intercept*. O jornal paulista teve acesso ao material recebido da fonte anônima e comprovou sua integridade, refutando assim as alegações de Moro e Dallagnol de que o material não é idôneo.

A narrativa do *hacker*

Frente ao que já foi levantado por Glenn Greenwald e seus colegas do *The Intercept*, não resta a menor dúvida de que está cristalina e cabalmente comprovado o que já se sabia: que Moro, Dallagnol e Santos Lima vinham operando ao arrepio da lei, criminosamente, com a finalidade de condenar Lula e quantos mais considerassem culpados. A Operação Lava Jato era uma conspiração em que juiz e acusação estavam permanentemente mancomunados, com a cobertura do Tribunal Regional Federal-4 e de uma parte do STF. Num país capitalista organizado, tal descoberta deveria levar à prisão dos implicados nesse enredo e à anulação de todos os processos envolvidos.

Assim como a Lava Jato não teria prosperado sem a cobertura de instâncias superiores e da mídia (o que, espera-se,deverá aparecer no material ainda não publicado pelo *The Intercept*), no presente momento de exposição negativa o ex-juiz e atual ministro Moro vem sendo blindado pelas duas principais redes de TV do país: Globo e Record.

Implicada "até o pescoço" nas malfeitorias da Lava Jato, como os famosos "vazamentos" que prejudicavam réus, a Globo tem poupado seu antigo aliado. Chegou a adotar como verdadeira a narrativa de que os celulares da força-tarefa foram invadidos por um *hacker*, que é uma tentativa pueril de criminalizar as revelações feitas pela equipe de Glenn Greenwald. Mesmo assim o programa Fantástico de 23/6 viu-se obrigado a reproduzir extensamente a reportagem da *Folha de S. Paulo* acima citada, incluindo a avaliação de integridade da documentação recebida por *The Intercept*.

A estratégia de Glenn de buscar parceiros (*Folha de S. Paulo* e Band News) e de soltar aos poucos o material vem se revelando acertada. Moro, por sua vez, defende-se como pode. Ao mesmo tempo em que insinua que as transcrições podem ter sido adulteradas, admite-as parcialmente. Pediu "escusas" ao Movimento Brasil Livre (MBL), grupo de extrema-direita que em 2016 organizou um protesto diante da casa do ministro Teori, por ter chamado seus integrantes de "tontos", em um dos diálogos revelados.

Frente à força das revelações contra Moro, Dallagnol *et caterva*, surpreendeu a inércia, para não dizer conivência, de alguns senadores petistas frente ao hoje ministro de Bolsonaro, na sessão do Senado Federal em que Moro se apresentou para dar "explicações", em 21/6.

A Operação Lava Jato foi uma peça fundamental do esquema golpista acionado contra Dilma, Lula, o PT e os movimentos sociais. Moro foi e é o símbolo maior do vale-tudo instalado neste país com a finalidade de implantar a agenda ultraliberal, primeiro com Michel Temer e agora com Jair Bolsonaro. Não entender isso, ou antes fingir não entender, é ser cúmplice do que há de pior na sociedade brasileira. ★

Pedro Pomar é jornalista e militante do PT.

Previdência: o ataque continua

Natalia Bonavides

O relatório da PEC 06/2019, que trata da reforma da previdência, foi apresentado na comissão especial da Câmara dos deputados no dia 13 de junho, pelo relator Samuel Moreira (PSDB/SP).

O conteúdo do relatório mantém a lógica de penalizar os mais pobres, que embasa essa reforma. Os trabalhadores terão que pagar mais para a previdência, trabalhar mais tempo e receber menores benefícios, ou até não receber, diante da dificuldade em atingir os novos critérios para a aposentadoria. Em resumo: o relatório ameniza alguns pontos do perverso projeto apresentado pelo governo, mas segue sendo um duro golpe nos direitos da classe trabalhadora brasileira.

Acerca das questões que foram modificadas em relação ao projeto original, os principais destaques são para capitalização, aposentadoria rural e benefício de prestação continuada (BPC). Sabemos que a retirada de alguns desses temas do relatório é fruto da pressão popular oriunda da mobilização contrária à reforma da previdência, mas também não podemos ter ilusões sobre a natureza destrutiva do projeto, que segue sendo muito ruim.

Quanto à capitalização, por exemplo, fala-se explicitamente na Câmara sobre um acordo com o governo para que seja apresentada uma nova PEC que trate exclusivamente do tema da capitalização, já no próximo semestre. Fala-se também em reincluir a capitalização no projeto, através de emenda ao relatório. Ou seja, a retirada deste tema do relatório não significa de forma alguma um movimento de desistência de entregar a previdência do nosso povo para os banqueiros administrarem, mas sim um adiamento da discussão. Aliás, o próprio relator falou expressamente que é favorável a capitalização e que a retirada deste tema do relatório visa apenas separar os debates. Segundo ele, primeiro devemos reformar o sistema existente e depois debater a mudança de sistema, o que seria a capitalização.

Por outro lado, o relatório manteve pontos fundamentais e absolutamente desumanos. Um dos mais importantes é a regra de cálculo da aposentadoria, que passará a exigir 40 anos de contribuição para que o beneficiário receba o valor total do benefício. A maioria da população brasileira, sobretudo os mais pobres e as mulheres, já enfrenta dificuldades para atingir o tempo de contribuição exigido hoje, que é de 15 anos. Isto se agrava ainda mais com desemprego e informalidade crescentes, especialmente após a reforma trabalhista.

Hoje, com 15 anos de contribuição, é possível receber uma aposentadoria que leva em conta no seu cálculo pelo menos 85% da média salarial, considerando os melhores salários recebidos na vida do trabalhador. Caso a reforma seja aprovada nos termos do relatório, a aposentadoria só poderá ocorrer após 20 anos de contribuição e com apenas 60% da média salarial, considerando os piores salários. Ou seja, quem já trabalha muito e ganha pouco vai ter que trabalhar mais e por mais tempo, para no fim das contas receber bem menos. Isto se conseguir o tempo necessário para receber alguma coisa.

O relatório também manteve a imensa maldade que o governo que fazer com professores e professoras. O aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, tanto no serviço público quanto no privado, faz com que passem mais tempo em sala de aula, enfrentando superlotação, múltiplas jornadas, infraestrutura precária e violência nas escolas. São mudanças que atingem com mais força as mulheres, que são 80% da categoria e ainda carregam o papel social do trabalho doméstico, que não é remunerado nem conta para a aposentadoria.

Em resumo, o relatório mantém a essência da reforma, que, ao contrário do que é proclamado pelo governo, não combate privilégios. A maior parte da "economia" que o governo quer fazer é em cima de trabalhadores do setor privado, que possuem menores salários e são mais vulneráveis ao desemprego. Enquanto isso, o governo não mexe nos verdadeiros privilégios, que beneficiam banqueiros e grandes empresários e prejudicam as contas públicas, como a questão do pagamento dos juros da dívida pública, além das renúncias fiscais, perdões e parcelamento de dívidas, isenção de imposto sobre lucros e dividendos, por exemplo.

No dia que este artigo está sendo escrito (24 de junho de 2019), ainda está em curso o debate sobre o relatório apresentado na comissão especial da Câmara. A bancada petista está firme em sua posição contrária e aproveita o debate para denunciar ao povo brasileiro o imenso perigo que corremos caso essa reforma seja aprovada. Após o término dos debates e votação do relatório, o projeto seguirá para discussão no plenário da Câmara, e a perspectiva é que o projeto seja votado ainda no primeiro semestre.

A greve geral do dia 14 de junho e as mobilizações de maio em defesa da educação deixaram evidente que a classe trabalhadora, os estudantes, a militância que defende os direitos e democracia, não irão ficar passivos diante de tantos desmontes, pois sabemos que só com muita mobilização popular derrotaremos esse perverso projeto. E é isso que faremos, parafraseando o presidente Lula em uma de suas últimas entrevistas: lutar, lutar, lutar!! ★

Natalia Bonavides é deputada federal (PT RN)

Greve geral: perseverar na luta

Jandyra Uehara

Em São Paulo, no ato nacional unificado do 1º de Maio de 2019, foi convocada a primeira greve geral contra o governo Bolsonaro, pela primeira vez o conjunto das centrais sindicais brasileiras e também as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo estiveram juntas no Dia Internacional do Trabalhador.

A exemplo de 2017, quando a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – teve um papel fundamental nas lutas contra o governo Temer convocando a Greve Nacional da Educação para março daquele ano e impulsionando a Greve Geral de abril de 2017, novamente em 2019, a educação deu o pontapé inicial para a greve geral, convocando a Greve Nacional da Educação para 15 de Maio, contando com a ampla adesão de outras organizações nacionais que representam professores do setor privado – CONTEE – e boa parte dos professores municipais – CONFETAM, além do apoio de outras categorias e da base sindical cutista.

A greve de 15 de maio foi sem dúvida um marco na retomada da luta de massas em 2019. A adesão de milhares de estudantes, professores/as e trabalhadores/as da educação superior foram os cortes nos orçamentos das universidades e institutos federais, e as imensas manifestações que tomaram conta do país mostraram o potencial de luta social e de massas contra o conjunto da obra de Bolsonaro e dos golpistas num cenário de destruição de empregos e de direitos, crise política, institucional, econômica e social.

Um mês depois, a greve geral de 14 de junho aconteceu em todos os estados, em 21 capitais e no Distrito Federal os transportes públicos também paralisaram. Ao final do dia, havia registro de atos e greves em 375 cidades, incluindo professores, estudantes, servidores públicos, bancários, metalúrgicos e outras categorias organizadas. O balanço final da greve registrou manifestações em 521 cidades, uma capilaridade e interiorização maior do que em 2017, numa conjuntura muito diversa, mais complexa e desfavorável do que a enfrentada pelo movimento sindical em abril de 2017.

O legado destrutivo de Temer está sendo potencializado e acelerado por Bolsonaro mas, diferente do ilegítimo que já se encontrava com a popularidade no chão, Bolsonaro além de contar com apoio da coalização golpista – forças armadas, judiciário, oligopólio da mídia, congresso conservador e a maioria dos grandes empresários - para ataques aos direitos econômicos e sociais da classe trabalhadora, ainda tem capital eleitoral para queimar, muito embora já aumente a percepção negativa de eleitores de Bolsonaro .

A Greve Geral de 14 de junho foi vitoriosa e essencial para a aceleração do processo de lutas contra o governo Bolsonaro e sua agenda de destruição dos direitos e da organização da classe trabalhadora.

Daí decorre que os próximos passos são fundamentais, principalmente na reafirmação da tática de enfrentamento global à reforma da previdência e a agenda de retrocessos do governo Bolsonaro. Qualquer vacilação, tergiversação ou disposição de negociação de direitos podem não só fragilizar a credibilidade do movimento sindical como afetar a mobilização da classe trabalhadora organizada, única força política verdadeiramente capaz de derrotar o governo Bolsonaro e a coalização golpista que lhe dá sustentação.

Trabalhadores lotam a Praça do Ferreira, em Fortaleza

Qualquer tentativa de criar narrativas de vitórias de Pirro em relação à Reforma da Previdência serão rechaçadas pela maioria dos trabalhadores organizados, que sentirão na pele os seus efeitos nefastos. Quanto a retirada da capitalização do relatório tática do governo é, se necessário adiar, com a apresentação de um projeto de lei em separado ainda este ano. Desviadas as atenções da capitalização e da perversidade explicita das mudanças no BPC e na aposentadoria rural, Bolsonaro, Mourão, Guedes, Maia e aliados buscarão a aprovação da expropriação de quase um trilhão de reais da classe trabalhadora. E como a história recente nos mostrou retrocessos na previdência não se revertem simplesmente com a eleição de governos progressistas, vide a luta pelo fim do fator previdenciário nos governos Lula e Dilma.

A CUT deve buscar a unidade das centrais sindicais contra o conjunto da Reforma da Previdência, a exemplo da construção da greve geral, mas combater publicamente e se isolar de posições que defendam negociação e concessões de qualquer tipo, perseverando na mobilização da classe trabalhadora para derrotar a destruição dos direitos previdenciários, vinculando com a luta por empregos e em defesa da educação e da soberania nacional.

A luta está longe de terminar, a tarefa é continuar mobilizando e organizando sem tréguas a classe trabalhadora, aumentando a pressão sobre deputados, intensificando o trabalho nas bases e convocando para dia 12 de julho um grande Dia Nacional de Lutas em todo o país e reforçando a mobilização da UNE em Brasília. Quem ousa lutar constrói o caminho da vitória! ★

Jandyra Uehara é dirigente nacional da CUT e do PT

Do PCR, surge a Unidade Popular

Em 1962, de uma cisão do Partido Comunista, surgiu o PCdoB. Anos depois, de uma cisão do PCdoB, surgiu o PCR. E décadas depois, por iniciativa do PCR, surge um partido legalizado, denominado Unidade Popular. O texto a seguir, escrito por Leonardo Pericles, Presidente Nacional da Unidade Popular, apresenta o novo partido, nas palavras de seus organizadores. Página 13 cumpre, assim, um dos papéis de um jornal petista: o de abrir suas páginas à posições de outras correntes do campo democrático e popular.

Leonardo Pericles

Nos últimos anos vimos um profundo desgaste de boa parte dos partidos políticos no Brasil. Mesmo alguns partidos de esquerda acabaram tomando o errôneo caminho de aliança com as grandes empresas, bancos e empreiteiras. Outros, tentando fazer frente a essa traição, não conseguiram dialogar com a classe trabalhadora e, de tão estreitos em seus discursos e ações, acabaram não se apresentando como alternativa política. O resultado é que, hoje, poucos empunham a bandeira de luta por mudanças estruturais - a luta revolucionária contra o capitalismo, que passa pela mobilização de amplos setores populares, de milhões de trabalhadores, mulheres e homens, negras e negros, LGBTs, jovens, indígenas, comunidades tradicionais, enfim, a luta da imensa maioria do povo brasileiro. Por isso, decidimos fundar um partido e o chamamos de Unidade Popular pelo Socialismo-UP. A UP nasce a partir de militantes de movimentos que já existiam, como o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), MLC (Movimento Luta de Classes), o Movimento de Mulheres Olga Benário e a UJR (União da Juventude Rebelião).

A luta principal da UP é para acabar com a exploração e opressão dos super-ricos, da burguesia brasileira e internacional, sobre a maioria do nosso povo. É a luta pelo Socialismo. As classes dominantes são socialmente anti-pobre, patriarcais, racistas e escravocratas - portanto, são inimigas da esquerda e do povo brasileiro em geral. Tirar essas classes do poder, como nos ensina a história do movimento popular, passa por uma forte luta, e por isto a UP não considera que ela possa ser feita por um "iluminado" ou de forma isolada, mas sim no campo da luta de massas, na vida política partidária, nos movimentos e lideranças que se reúnem em torno das ideias de transformação em favor da classe trabalhadora e do povo. A ditadura nunca deixou de existir nas periferias, na vida da maioria da população pobre. Nesse próximo período, consideramos necessário um chamado decidido e com foco nas lutas sociais e pautado na força do movimento popular, não apenas na luta institucional/eleitoral. Foi para fazer este chamado que nasceu a UP.

A coleta de assinaturas e a campanha pela legalização do partido

A atual legislação foi feita para dificultar o surgimento de novos partidos populares. É preciso coletar quase meio milhão de assinaturas, em pelo menos 9 estados, divididos em, no mínimo, 3 regiões do país, no prazo máximo de 2 anos. Em nossa primeira experiência sob a legislação anterior, entre 2014 e 2015, tivemos 114 mil fichas cassadas em razão de novas exigências ainda mais antidemocráticas implementadas pelo Congresso Nacional. Reiniciamos a coleta de assinaturas em outubro de 2016, numa campanha organizada em vilas, favelas, ocupações urbanas e rurais, trens, metrôs, pontos de ônibus, praças, porta de escolas, universidades, empresas e fábricas. Apesar da decepção popular com os erros dos governos populares, somada à campanha da grande mídia e da extrema direita, fomos bem recebidos pelo povo. Mais de 1 milhão e 200 mil pessoas apoiaram a legalização da UP, sem contar com nenhum financiamento empresarial e sem apoio de nenhum grande meio de comunicação. Em meios às lutas sociais, retomamos o trabalho de agitação e propaganda, as brigadas de militantes que vão aonde o povo está, chamando-o para um projeto político. Chegamos a entregar nos cartórios de todo o país mais de 900 mil fichas em pouco menos 2 anos. Conquistamos a legalização dos diretórios estaduais que eram necessários e, no dia 13 de maio deste ano, obtivemos a maior vitória de nossa história: o reconhecimento do TSE das 492 mil assinaturas aptas, o que nos permite obter o registro legal. Além disto, partimos de um trabalho em 11 estados no início das coletas, para chegarmos no nosso Primeiro Congresso Nacional, em Março deste ano, a 21 estados.

A Unidade Popular é uma alternativa política e um instrumento de luta do povo que veio para somar forças com todos aqueles que desejam, à partir das lutas, promover as mudanças estruturais que o Brasil tanto precisa. É momento, mais do que nunca, de canalizar a indignação geral, fortalecer o trabalho de base, em unidade com as forças de esquerda e principalmente com o povo. Estamos certos de que, desta forma, é possível modificar a atual correlação de forças, superar o avanço do fascismo e construir um novo Brasil: socialista e à serviço da classe trabalhador. ★

Leonardo Pericles é Presidente Nacional da Unidade Popular - UP

Nem tática ou compromisso ideológico?

Gabriel Cavalcante

O ano é 2019. De 2014 até aqui a direita brasileira conseguiu derrubar um governo democraticamente eleito, implementar reformas recessivas como a PEC do teto, a reforma trabalhista, a reforma educacional, a derrubada do modelo de partilha do pré-sal, prender o maior liderança de massas da esquerda e eleger um governo de extrema direita sem nenhum compromisso com qualquer grau de civilidade. Nos últimos 5 anos a linha contínua utilizada pela direita para a realização de seus objetivos programáticos foi a de expansão crescente da radicalização, combinando disputa institucional com defesa ideológica aberta de sua maneira de ver o mundo, o que deu razão ao acúmulo crescente de sua base social através da criação de organizações sociais de novo tipo como o Movimento Brasil Livre. Diante do quadro estabelecido espanta que, na conjuntura atual, ultrapassadas qualquer possibilidade de crença de que a direita dê meia volta no processo constante de polarização e disputa radical do tecido social, ainda existam setores na esquerda que apontem como saída para o atual cenário o "diálogo".

No entanto, desde o surgimento do governo Bolsonaro, ainda permanece em setores da esquerda o desenho tático de acenar para o diálogo com o inimigo, o que recentemente se expressa na chamada tática dos governadores. Aqui cabe o seguinte recorte: "diálogo" em abstrato é algo que não significa absolutamente nada, é um termo em aberto, para ser comprendido concretamente é necessário questionar "com quem se dialoga?", "com qual objetivo se dialoga?" e "qual a forma desse diálogo?".

Desde o começo da crescente golpista setores da esquerda dialogaram da seguinte maneira com a direita: ceder espaço institucional e ceder no discurso para que com isso se consiga objetivamente arrastar setores ao centro. Foi assim quando o governo Dilma entregou 5 ministérios ao PMDB, inclusive a interlocução do congresso ao Temer; foi assim quando após a votação na câmara se acenou politicamente que se o senado votasse contra o golpe Dilma realizaria novas eleições, foi assim quando Lula decidiu se entregar para prisão e foi assim quando se decidiu substituir a candidatura Lula pela candidatura Haddad, apesar do "eleição sem Lula é fraude". Em essência, enquanto a direita não aceitou o resultado das eleições de 2014, prendeu Lula, estraçalhou os direitos sociais do povo brasileiro, setores majoritários da esquerda aceitaram passivamente cada novo avanço como ponto pacífico. O resultado final fala por si próprio.

Em relação à tática dos governadores a encarnação maior dessa movimentação é cristalizada na figura do governador da Bahia, Rui Costa. Em grande medida por duas razões: 1) o fato do mesmo ser o governador de esquerda à frente do estado com maior número de eleitores e com maior peso institucional, e 2) o fato do mesmo, a partir de especulações cruzadas através da mídia e de cada vez maior exposição midiática demonstrar interesse em candidatar-se à presidência. Temos aqui o seguinte problema inicial: a tática operada por Rui e pelos governadores progressistas é tremendamente dissonante daquela definida pela Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores e, em razão disso, enfraquece a orientação partidária geral. Além do problema inicial apontado podemo incluir mais dois: a tática dos governadores confunde e embaralha interesses locais com interesses nacionais, assim como, e em razão disso, confunde e embaralha os locais ocupados por oposição e situação.

Dessa maneira, mesmo sendo oposição ao governo federal a tática operada pelos governadores traz para os partidos de esquerda o ônus de arcar com reformas anti-populares que são de responsabilidade do governo Bolsonaro. Assim, inverte-se as prioridades em que o local é colocado acima do nacional, ou, dito de outra maneira, o nacional é subordinado aos interesses locais.

Além da inversão de prioridades acima delineada somamos o problema de que os interesses colocados à frente dos interesses nacionais, no caso, não são interesses legítimos da classe trabalhadora, mas ao inverso, são interesses do grande capital financeiro contra a classe trabalhadora brasileira e, no caso de Rui, baiana. No caso, em periodo imediatamente anterior à greve geral convocada pelas Centrais Sindicais e pelas Frentes Populares, a reunião dos governadores – incluidos ai os governadores de esquerda – operou pela possibilidade de defesa da reforma da previdência em troca de que os estados e municípios fossem incluídos na reforma. A inclusão dos estados e município na reforma aqui tem o seguinte significado concreto: havia na proposta inicial a inclusão de dispositivos constitucionais que atrelavam aos servidores públicos estaduais as medidas regressivas de direitos que têm como objetivo sangrar os servidores públicos federais. Nessa quadra vale combinar que o "diálogo" aqui tem o significado concreto de dialogar com Dória, Witzel, Zema e Bolsonaro a fim de sangrar a classe trabalhadora brasileira. Sangrar nas duas pontas: através do apoio ao texto da reforma e através da inclusão dos regimes próprios estaduais no balaio da destruição de direitos.

São duas então as inversões de prioridades: priorizar o local em detrimento do nacional e priorizar os interesses da institucionalidade burguesa em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. A partir dessas inversões vale a

pena questionar: o aceno ao diálogo nessa situação concreta significa uma movimentação tática válida ou significa uma degeneração do compromisso ideológico com a classe trabalhadora? Enquanto movimentação tática a razão de ser no discurso de que é necessário "trazer o centro", aqui retornamos ao ponto "trazer o centro para quê?", pois se pretendemos "trazer o centro" para que ele permaneça em posições reacionárias não somos nós que estamos trazendo e sim eles que estão trazendo a gente.

Do ponto de vista do compromisso ideológico precisamos retomar alguns elementos do estado da arte do governo Rui e de diversas declarações do governador. Nesse sentido: 1) Rui defende que a existência de progressões de regime no Código Penal é um incentivo à criminalidade; 2) Defendeu a militarização das escolas da Bahia; 3) Tratou a chacina do Cabula de forma à naturalizar os assassinatos; 4) Defende um ajuste fiscal nas contas do estado da Bahia e faz propaganda ideológica do ajuste realizado; 5) Se precipitou em defender o pacote anti-crime apresentado por Moro, mesmo sem o ter lido; 6) Fechou escolas ao redor do estado e, por último, mas nem um pouco menos importante, fez de tudo individualmente para que não houvesse acordo com os professores em greve das Universidades Estaduais. Mesmo que os elementos claramente reacionários aqui enumerados convivam, no mesmo indivíduo, com defesas que são pertinentes à um quadro de esquerda como, por exemplo, a defesa do imposto sobre grandes fortunas, temos um problema grave de uma figura política vacilante em questões sociais sensíveis.

Temos então que a chamada tática dos governadores não serve enquanto tática e, pior, joga água no moinho da direita pois ao se deixar seduzir por discursos ideológicos reacionários fortalece a extrema direita organizada. Além disso, atrapalha a mobilização das centrais sindicais e confunde a base social à esquerda na sociedade. Assim, no âmbito da segurança pública a defesa de mais prisão, mais militarização e o posicionamento no mínimo ambíguo perante a morte de jovens negros naturaliza os pensamentos mais podres da extrema direita e, no âmbito da seguridade social e dos direitos sociais, a defesa do "enxugamento da máquina" e do "ajuste fiscal" legitima a destruição de direitos que a extrema direita pretende.

Resta então, ao Partido dos Trabalhadores, tanto nacionalmente quanto estadualmente, reforçar a acertada linha política definida nas instâncias do Partido de defesa intransigente da previdência e contra qualquer medida reacionária do governo Bolsonaro e enquadrar as pontas soltas de "táticas" dissonantes que somente favorecem à direita brasileira sob o risco de decredibilização do Partido. Por fim, em outros tempos uma figura política de grande envergadura desrespeitar deliberações partidárias já seria uma conduta inaceitável, na conjuntura atual siginifica um erro fatal ao Partido. ★

Gabriel Cavalcante, militante da Articulação de Esquerda Bahia

Congresso do PT

Natalia Sena

O Diretório Nacional do PT decidiu em 23 de março de 2019 que os filiados ao Partido até 8 de junho de 2019 poderiam, excepcionalmente, votar no Processo de Eleições Diretas (PED) que acontecerá em 8 de setembro de 2019.

Uma campanha de filiação ao Partido foi intensificada e teve como resultado um crescimento que ainda está em fase de medição, mas que pode representar algo em torno de 5%. Em 18 de junho de 2019, havia cerca de 110 mil pedidos de filiação para serem confirmados, entre pedidos em análise e pedidos aguardando a realização de plenária.

Supõe-se que estes pedidos sejam, em sua maioria, decorrentes da campanha de filiação que foi deflagrada após a reunião do diretório nacional e que durou até 8 de junho, prazo limite para que o/a novo/a filiado/a possa votar e ser votado/a no PED. Balanço mais preciso sobre os números das filiações será divulgado na próxima edição do jornal Página 13, quando a Comissão Organizadora Nacional e a SORG terão finalizado as verificações acerca dos municípios aptos.

No PED de 8 de setembro os/as filiados/as votarão para presidência e direção municipal e zonal, chapa de delegados/as estaduais e chapa de delegados/as nacionais. As inscrições para presidência e direção municipal e zonal, além das chapas de delegados/as estadual e nacional, devem ser feitas entre os dias 8 e 26 de julho.

Na ocasião da inscrição das chapas, tanto estadual quanto nacional, também serão inscritas as teses estaduais e nacionais, que subsidiarão os debates travados pelas respectivas chapas até o PED de 8 de setembro. Após o PED, é provável que se inicie um movimento de construção de um texto-base para o congresso nacional do Partido, a ser aprovado pelo Diretório Nacional.

É importante atentar para os limites de tamanho das chapas de delegados/as estaduais e nacional. Segundo o artigo 2º, letra "a", do regulamento do congresso, o número de componentes das chapas deverá ser, no máximo, até o dobro do número de vagas em disputa e, no mínimo, 30% das vagas em disputa em nível nacional e 50% das vagas em disputa em nível estadual, municipal e zonal.

Ou seja: uma chapa estadual precisa ter uma quantidade de integrantes que seja no mínimo a metade do tamanho do congresso estadual e uma chapa nacional deverá ser composta por pelo menor 30% do número total de delegados/as ao congresso nacional.

As chapas de direção estadual e candidaturas à presidência estadual serão inscritas no período entre 12 a 21 de agosto, sem prejuízo de apresentação de novas candidaturas ou chapas até o dia 19 de outubro, primeiro dia dos congressos estaduais, que acontecerão nos dias 19 e 20 de outubro.

A mesma lógica será aplicada na inscrição das candidaturas à presidente/a nacional e chapas para a direção nacional, que deverão ser inscritas entre os dias 15 a 25 de setembro, sem prejuízo de apresentação de novas candidaturas ou chapas até o dia 22 de novembro, primeiro dia do congres-

so nacional, que acontecerá nos dias 22 a 24 de novembro.

Importante destacar que serão inscritas chapas diferentes para delegados/as estaduais e nacional e para direção estadual e nacional, e que os prazos que foram descritos acima serão diferentes para estas duas chapas. Por isto, nada impede que após o PED sejam realizadas composições para disputa das direções diferentes das configurações estabelecidas nas chapas de delegados/as.

A pauta que o congresso vai debater corresponderá aos temas de conjuntura (internacional e nacional), programa, estratégia, tática e organização partidária, além da elaboração de um plano de ações e da eleição das direções e presidência (estaduais e nacional).

A principal polêmica existente até o momento no que diz respeito à pauta do congresso é sobre a possibilidade de realização de mudanças estatutárias. Alguns setores defendem que o congresso deve se "concentrar na política", outros afirmam que, segundo o estatuto, para que mudanças estatutárias pudessem ser feitas deveria ser feita uma convocação específica neste sentido.

Começando pelo último ponto, é importante dizer que não encontramos nenhuma previsão neste sentido no estatuto do PT, que trata deste assunto em seu artigo 264, e afirma apenas que o estatuto pode ser modificado pelo voto da maioria dos delegados/as de Encontro Nacional.

No mais, acreditamos que há um grave problema de concepção em nosso Partido sobre o que significa o assunto "organização partidária", tratado por muitos como uma espécie de assunto administrativo, que atrapalharia a discussão política, e que esta é o que realmente importa, como se não fossem assuntos umbilicalmente vinculados.

Além disso, se na pauta do congresso constará o tema organização partidária, e é consenso que deve sim constar, bloquear a priori qualquer mudança estatutária acabaria por bloquear também a discussão de temas organizativos (e programáticos, e estratégicos) que constem no estatuto do Partido.

De nossa parte, defendemos que o congresso do Partido é a instância maior e soberana para deliberar sobre qualquer assunto do programa, da estratégia, da tática e da organização partidária, portanto, não há qualquer sentido em existir este tipo de impedimento.

Por fim, segundo informa boletim do SACE sobre o PED, o prazo para estar quite com as contribuições financeiras é 2 de agosto.

Poderão votar no PED e nos congressos estaduais e nacional todos/as os/as filiados/as, independente de estarem em dia com as contribuições financeiras devidas ao Partido. Esta regra é excepcionada no caso de ocupantes de cargo eletivo, dirigentes e cargos comissionados, que devem estar em dia com suas contribuições financeiras para poderem votar.

Já os/as filiados/as que serão votados, ou seja, que vão compor chapas ou ser candidatos/as à presidente/a municipal, estadual ou nacional, devem estar em dia com suas contribuições financeiras ao Partido até o dia de 2 agosto. Cargos comissionados, dirigentes e cargos eletivos que pretendem ser votados, deverão estar em dia com as contribuições vencidas até 31 de julho, e filiados padrão que pretendem ser votados devem estar em dia com as contribuições vencidas até 2018.

Dentro de alguns dias, a Comissão Organizadora Nacional (COE) divulgará a lista definitiva de municípios aptos a participar do PED por completo e, em seguida, as listas de filiados/as aptos/as em cada município. ★

Natalia Sena integra o DN do PT.

OPINIÃO

Os vazamentos da lava jato e a vitória do marxismo

Fabíola Lemos

A pior sina de nossa condição colonial está no caráter autoritário de nossas instituições. Esse aspecto se realiza na exclusão do povo ao acesso à a riqueza produzida, na dependência econômica e na fragilidade das instituições republicanas.

A manutenção desse modelo é vital para a superação das crises do sistema capitalista. Por isso, o controle politico, utiliza-se dos GOLPES, sempre que essa ordem encontra-se ameaçada.

A leitura política dos países de capitalismo periférico, apontam um farto histórico de golpes, com desdobramentos muito parecidos aos que mais uma vez vivemos no Brasil de 2013 pra cá.

A busca frenética pelas fontes de energia, revivem as violentas intervenções institucionais, de meados do séc XX na América Latina.

Na Venezuela, o ataque ao regime de nacionalização do petróleo, gerou o boicote comercial à um país que nunca conseguiu avançar na autonomia da produção de alimentos, aguçando a instabilidade política, em um quadro de crise no abastecimento.

No Brasil, o apelo à corrupção, espetacularizado pela mídia, operou-se nas manifestações de 2013, levando ao golpe contra Dilma Rousseff, afastada da presidência da República por uma suposta pedalada fiscal, desmentida pouco tempo depois.

Os governos que seguiram-se, aplicaram na íntegra, a cartilha do imperialismo, fazendo crescer o processo de financerização, com a hegemonia dos bancos privados, atacando as garantias da classe trabalhadora e entregando a PETROBRÁS para as grandes corporações internacionais.

Os vazamentos das conversas entre procuradores da Lava Jato e o, então juiz, Sérgio Moro, trazem à tona, não somente o aspecto político da prisão de Lula, mas também, os inequívocos da tese do golpe, demonstrado o quanto a leitura da conjuntura politica brasileira, precisa ser feita através da análise marxista da transformação do Capital.

A Direita bem que tentou produzir a narrativa da necessidade de uma "autocrítica" do PT. Porém, mais do que nunca, as publicações da The Intercept corroboram para mostrar que o GOLPE foi resultado dos ACERTOS das gestões petistas, ainda que erros estratégicos tenham sido cometidos pela política conciliatória de Lula e Dilma.

Outro capítulo da História do Brasil, chegará aos futuros livros didáticos e, mais uma vez, a leitura materialista estará DESENHANDO, Ato após Ato, a necessidade de avançarmos em um projeto político que seja capaz de, gradativamente, romper com esse sistema de exclusão, dependência e autoritarismo. ★

Fabíola Lemos é Secretária de movimentos populares do PT Teresina